



DITADURA, MEMÓRIA E JUSTIÇA

Maria Cecília de Oliveira Adão
Marcela Furlan de Cena

INFORMES TEMÁTICOS 2022

Organizadoras
Juliana Bigatão
Marina Vitelli



Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2022, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação resume os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Convidamos toda a comunidade para apreciar os "Informes Temáticos" de 2022: Ameaças à democracia; As forças armadas e o meio ambiente; Ditadura, Memória e Justiça; e Indústria e Orçamento de Defesa.

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe Informe Brasil- 2022

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Redação

- Abrahão Henrique Alves de Lima
- Alice Tomazzetti da Silveira
- Beatriz Grasiano Campos
- Davi Campos Matos
- Débora Cruz Silva
- Gabriela Lopes Ferreira
- Giovani Nunes de Aguiar
- Grazielly Dourado Santos
- Marcela Furlan de Cena
- Leticia Beneves
- Rodrigo Freitas de Souza
- Thalia Cristina Vieira Lima
- Yuugo Gushiken

Créditos das imagens:

Capa: [Memórias Reveladas](#)

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). ADÃO, M. C. de O.; DE CENA, M. F. Ditadura, Memória e Justiça. Informe Temático 2022. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2023.

DITADURA, MEMÓRIA E JUSTIÇA

*Maria Cecília de Oliveira Adão
Docente na Inst. Claretiano*

*Marcela Furlan de Cena
Graduanda em Rel Internacionais
EPPEN/UNIFESP*

No ano de 2022, diversos acontecimentos noticiados pelos principais jornais brasileiros apontaram a necessidade da implementação de políticas de memória e justiça a respeito da ditadura civil-militar ocorrida no país entre os anos de 1964 e 1985. Como fica evidente na análise aqui apresentada, o uso da memória, bem como a disputa sobre sua construção e posse, tornou-se central no debate político que se desenvolveu ao longo do ano de 2022.



Um dos primeiros casos do ano foi reportado pelo periódico Folha de S. Paulo, no dia 30 de janeiro de 2022, no formato da [coluna opinativa do jornalista Elio Gaspari](#), que defendeu a divulgação dos nomes dos professores responsáveis por conceder títulos de doutores honoris causa aos presidentes militares, Artur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Na visão do jornalista, para evitar atos de repetição, era necessário expor o nome dos professores interessados em bajular os presidentes da época. Uma semana depois, o [Estado de S. Paulo noticiou](#) o lançamento do livro “Mordaça: Histórias De Música E Censura Em Tempos Autoritários”, de autoria dos jornalistas João Pimentel e Zé McGill, que aborda o processo de censura não só política, mas também moral e orientada por um viés conservador, exercido sobre composições de artistas da época. No segundo semestre, também tivemos outros dois lançamentos similares: em setembro a [Folha noticiou](#) o lançamento do documentário “O Silêncio que Canta por Liberdade”, que investiga o impacto da

repressão da ditadura civil-militar (1964-1985) sobre a música e a cultura do Nordeste; e também do livro ‘Poder Camuflado’, [noticiado em novembro](#), do jornalista Fábio Victor, que discute a ligação entre a convivência do alto oficialato das Forças Armadas com a valorização de um discurso autoritário ligado à memória do regime ditatorial e a leniência desses com os atos antidemocráticos da atualidade.

Em março, o [Correio Braziliense entrevistou o historiador Jaime Pinsky](#), que lembrou a criação do projeto Debate e Crítica, revista de ciências humanas e sociais que ele coordenou durante a ditadura civil-militar e que tinha como objetivo permitir aos intelectuais do período lançar um olhar crítico ao regime, ao contrário do que fazia a mídia da época, que contribuía para a construção da narrativa de que os governos militares eram eficientes, honestos, capazes e até mesmo democráticos. [No mesmo mês, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo destacaram a morte do chamado Cabo Anselmo](#), que foi enterrado no dia 16 de março de 2022 com o nome falso de

Alexandre da Silva Montenegro. De acordo com os periódicos, José Anselmo dos Santos integrava a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) quando liderou uma greve de militares, que acabou servindo como um dos antecedentes diretos do golpe de 1964. Depois de fugir da prisão e ir para Cuba, onde fez treinamento de guerrilha, Cabo Anselmo retornou ao Brasil e tornou-se colaborador da repressão, delatando seus colegas da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No final de sua vida, tornou-se próximo de figuras da extrema direita, como o escritor Olavo de Carvalho e, em 2019 chegou a ser homenageado por deputados bolsonaristas na Assembleia Legislativa de São Paulo.

No último dia do mês de março, diversos jornais noticiaram a publicação, por parte do [Ministério da Defesa, da Ordem do Dia 31 de março de 2022](#), assinada pelo então ministro, general Walter Braga Netto, e pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O texto afirmava que o golpe militar de 1964 foi um “marco histórico da evolução política brasileira” e que as Forças Armadas agiram para “restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil”. Como resposta, o Ministério Público Federal (MPF) solicitou [que a Justiça determinasse a retirada dessa Ordem do Dia](#). Complementarmente, na mesma data, 89 entidades da sociedade civil, integrantes do Pacto Pela Democracia, divulgaram uma carta criticando a exaltação ao golpe pelo governo.

No primeiro dia do mês de abril, em uma cerimônia que marcou trocas nos [ministérios e a saída de Braga Netto da Defesa](#), o então presidente Jair Bolsonaro elogiou a ditadura e, segundo O Estado de S. Paulo, realizou comparações elogiosas entre seu governo e o governo de militares. Em contrapartida, após as falas de Bolsonaro na cerimônia, o ministro do STF [Luís Roberto Barroso fez uso de sua conta na rede social Twitter para criticar a ditadura civil-militar](#),

denunciando as violações de direitos praticadas na época. Por sua vez, Eduardo Bolsonaro, deputado federal e filho do ex-presidente da República, [ironizou o episódio de tortura sofrido pela jornalista Miriam Leitão](#) durante a ditadura, no qual ela, grávida, foi trancada em uma sala escura com uma cobra. Em contrapartida, diversos veículos de comunicação registraram manifestações de indignação por parte de políticos, jornalistas, acadêmicos, cientistas e artistas em relação à fala do deputado.

Na primeira metade de abril, a [Folha de S. Paulo publicou reportagem que indicava que o juiz federal Luís Antonio Johonsom di Salvo](#), do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, havia negado indenização para vítimas do regime militar. A publicação demonstrou que o juiz, à época, havia indicado apoio ao regime por meio de uma carta ao então presidente da República, Ernesto Geisel, na qual o parabenizava e expressava “solidariedade” e “sincera confiança”. Sendo assim, entidade representativa das vítimas solicitava que o juiz indicasse suspeição para julgar os casos que envolvem o regime. Ainda trabalhando a memória do regime, o [Correio Braziliense, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo publicaram matéria sobre a carreira do controverso general Newton Cruz](#), morto no dia 15 de abril de 2022. O [Correio Braziliense também destacou a trajetória de Egídio Ferreira Lima, falecido no dia 16 de abril](#), que foi um defensor da democracia e deputado estadual que teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº5 (AI-5).

Também no mês de abril ocorreu um dos episódios que ganhou notória cobertura da imprensa: [a publicização da existência de 10 mil horas de gravações de sessões do Superior Tribunal Militar \(STM\)](#) acessadas por Fernando Fernandes, pesquisador e advogado criminalista, e Carlos Fico, historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O conteúdo dos áudios, referente ao período de 1975 a 1985, inclui falas que comprovam

que os ministros da Corte Militar sabiam das graves violações de direitos cometidos pelas Forças Armadas durante a ditadura. O tema foi discutido em diferentes editoriais e colunas de opinião, os quais levantaram, dentre outras questões, a evidência da conivência do STM com a continuidade do uso da tortura pelo regime, o questionamento sobre a pertinência da manutenção da existência da Justiça Militar e como a Lei de Anistia (1979) permite a continuidade da impunidade relativa às graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura. Por outro lado, o ex-vice-presidente da [República, Hamilton Mourão, ironizou](#) a possível investigação dos casos de tortura apontados pelo material divulgado: “Apurar o quê? Os caras já morreram tudo, pô (risos). Vai trazer os caras do túmulo de volta?”, disse Mourão. [O presidente do STM, o general Luiz Carlos Gomes Mattos,](#) também foi irônico e chamou a divulgação dos áudios de notícia tendenciosa, dizendo que ela seria ignorada pelo órgão.

Diante destes fatos, os principais periódicos do país publicaram, ao final do mês, uma [série de editoriais e artigos opinativos que indicavam](#) a utilização crescente de um discurso de valorização da ditadura civil-militar por parte de integrantes do governo federal - em especial o ex-presidente Jair Bolsonaro, que junto ao filho Eduardo, prestou homenagem ao general Newton Cruz por ocasião de seu falecimento, chamando-o de herói. [Os textos também apontavam a importância da pesquisa histórica](#) para evitar que o revisionismo levasse a um apagamento das violências e agressões cometidas pelo regime, além de argumentarem que a Lei de Anistia tem sido utilizada para garantir a impunidade aos crimes cometidos no período.

A Folha de S. Paulo destacou, no dia 16 de maio, os [10 anos da Comissão Nacional da Verdade](#) (CNV). Chamados a contribuir, historiadores apontaram a

importância da comissão, avaliaram que suas recomendações não foram assumidas como políticas de Estado e afirmaram que seu legado fora ofuscado pela conjuntura política do momento. Um indicativo da resistência às recomendações da CNV foi o [caso noticiado pela Folha, no qual o prefeito da cidade de São Paulo, Ricardo Nunes \(MDB\),](#) vetou um projeto de lei que alterava o nome da praça ministro Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça do governo Médici, para praça Lourenço Carlos Diaféria. De acordo com a reportagem, Nunes argumentou que Buzaid não havia sido condenado por crimes de lesa-humanidade ou por graves violações de direitos humanos e que o nome do cronista Diaféria não está no banco de referências em direitos humanos para nomeação de logradouros.

No dia 30 de maio foi [noticiado pelo O Estado de S. Paulo e pela Folha de S. Paulo](#) que o grupo empresarial Volkswagen enfrenta denúncia, também divulgada na imprensa alemã, de ter utilizado trabalho escravo durante construção em uma área agrícola às margens do Rio Amazonas, entre os anos de 1974 e 1986. É a segunda vez que o grupo é investigado por crimes cometidos durante a ditadura civil-militar brasileira, sendo que em 2020 a Volkswagen concordou em pagar R\$36 milhões em indenização a familiares de ex-funcionários denunciados pelo serviço de segurança da empresa e torturados pelo aparato repressivo ditatorial.

Os meses de junho e julho foram marcados por colunas opinativas que trataram do papel que Jair Bolsonaro desempenha na apologia à ditadura. Em junho, [o Estado de S. Paulo destacou o posicionamento autoritário](#) e antirrepublicano do ex-presidente, bem como o sentimento de revanchismo deste em relação à Constituição Federal de 1988, o que pôde ser observado por meio da luta que Bolsonaro empreendeu contra instituições como Supremo Tribunal Federal (STF). Em julho foi a vez da [Folha de S. Paulo](#)

[afirmar que Jair Bolsonaro não é “qualquer representante”](#), e sim “o mais radical polo tensionador à direita da memória sobre a ditadura”, na medida em que declara que militares mataram pouco, exalta torturador, zomba de torturados e de familiares de desaparecidos. Ainda em julho, [o jurista Almir Pazzianotto, em coluna opinativa no Estado de S. Paulo](#), tratou de diferentes episódios de violência política ocorridos na história recente do país e apontou que era papel do então presidente da República conclamar apoiadores e opositores a realizarem eleições pacíficas.

No início do mês de agosto, a [Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo](#) noticiaram a divulgação da nova Carta aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito. O Estado indicou que, assim como o governo ditatorial desqualificou a primeira carta, escrita em 1977, Jair Bolsonaro reagiu à nova carta dizendo: “Não precisamos de nenhuma cartinha”. No mesmo mês, o [jornalista André Gustavo Stumpf](#), ao narrar sua experiência na cobertura da posse do general Costa e Silva, indicou que a disputa entre facções do Exército esteve presente ao longo de toda a história do Estado moderno brasileiro e que, atualmente, o Exército havia encontrado na candidatura de Bolsonaro uma via de participação política.

A tônica do noticiário do mês de agosto seguiu sendo a relação de apoio e aprovação do presidente Jair Bolsonaro à ditadura. Sendo assim, [foram divulgadas afirmações inverídicas e declarações de teor golpista dadas pelo ex-presidente a diferentes veículos de comunicação](#). Ainda assim, [pesquisa publicada pela Folha de S. Paulo](#) indicou que o número de apoiadores da ditadura era de apenas 7%, o menor desde 1989, e que os que apoiavam a democracia eram 75% dos entrevistados.

No mês de outubro foram noticiadas duas propostas aventadas no governo Jair Bolsonaro que remetiam a medidas tomadas durante a ditadura civil-militar. A [primeira](#),

que depois foi negada pelo então presidente, fazia referência ao aumento no número de assentos no Superior Tribunal Federal, de 11 para 16, o que se assemelharia ao proposto pelo AI-2 e que visava garantir ao regime a maioria na Corte. [A segunda](#) foi um estudo proposto por Paulo Guedes sobre a alteração do índice de reajuste do salário mínimo do INPC para a expectativa ou meta de inflação. Medida semelhante foi adotada pelo governo Castelo Branco e criticada por diminuir o poder aquisitivo dos trabalhadores.

O início do mês de novembro, período posterior ao segundo turno das eleições, ocorrido em 30 de outubro, foi marcado por notícias relativas às ações de grupos bolsonaristas que não aceitaram o resultado do pleito e passaram a pedir a intervenção das Forças Armadas com base em interpretação do artigo 142 da Constituição Federal. [No dia 01 de novembro, o Correio Braziliense](#) noticiou a montagem de um acampamento em frente ao Quartel General do Exército, no Setor Militar Urbano (SMU) de Brasília. Dentre as reivindicações do grupo estavam a intervenção militar, a prisão de ministros do STF, a instituição do voto impresso e o impedimento da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A este respeito, a Folha de S. Paulo reportou ter consultado alguns generais que classificaram o movimento como pacífico e democrático, posicionamento semelhante ao adotado pelo Ministério da Defesa. Como contraponto, em [03 de novembro](#), o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, declarou que “Aqueles que criminosamente não estão aceitando [o resultado das eleições], aqueles que criminosamente estão praticando atos antidemocráticos serão tratados como criminosos”.

No final do mês, o [jornalista André Gustavo Stumpf](#) discorreu sobre a ascensão dos militares ao poder em 1964 e o contexto político da época, traçando um paralelo

entre esses acontecimentos e os protestos em todo o país após o resultado das eleições de 2022. Como conclusão, Stumpf apontou que “os brasileiros conhecem os passos dessa estrada. A história torna evidente o tamanho do equívoco. Esse pessoal na porta dos quartéis é massa de manobra, exatamente como foram os que desfilaram em 1964. Quem não se lembra de seus erros está condenado a repeti-los”.

Diante das narrativas retomadas nesta apresentação, torna-se evidente que o tema da memória acerca da ditadura civil-militar no Brasil adquiriu caráter de centralidade no contexto político do ano de 2022. O tensionamento acerca do tema indicou que este se tornou uma memória em disputa, uma vez que houve, por parte de integrantes do governo federal e seus apoiadores, um crescimento no discurso de valorização da ditadura e de negação das graves violações de direitos humanos ali praticadas por agentes do Estado. As homenagens prestadas a torturadores, os ataques aos que contestam essa posição revisionista e os pedidos de intervenção militar são exemplares dessa perspectiva. Por outro lado, houve uma crescente produção de colunas opinativas que buscaram expor os crimes cometidos na ditadura e demonstrar como as falas revisionistas estão profundamente ligadas à produção de um ambiente de violência política que ganhou corpo ao longo do ano. Nesse sentido, houve uma valorização da pesquisa acadêmica acerca do período, com pesquisadores e intelectuais sendo chamados a darem sua contribuição para a compressão e análise dos acontecimentos. Cabe, também, destacar a maneira como as Forças Armadas foram sendo retratadas: se, por um lado, foram consideradas como salvadoras da pátria pelos que não aceitaram o resultado das eleições, por outro, a possibilidade e a crescente compreensão de que estariam dando apoio aos clamores golpistas levou a um desgaste da imagem destas junto à parte da população.

O lançamento de livros, documentários, bem como a descoberta de novas fontes sobre o período ditatorial demonstram que ainda há bastante o que se discutir a respeito da ditadura civil-militar no Brasil, sobre seus crimes e consequências para a democracia brasileira. Sendo assim, o noticiário de 2022 demonstrou claramente que, sem essa discussão e análise profunda, estaremos fadados aos mesmos erros de nosso passado recente. Sem memória, sem verdade e sem justiça, só haverá repetição.

Uma análise da cobertura jornalística

De maneira diferente dos anos anteriores, em 2022 os periódicos Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, publicaram diversas reportagens relacionadas à memória do período ditatorial brasileiro (1964-1985). Em um ano marcado pelas ações políticas ligadas às eleições – principalmente a presidencial –, pela participação de militares no governo de Jair Bolsonaro e pelo crescente clamor antidemocrático por intervenção militar, a cobertura da grande mídia brasileira a respeito de temas relacionados ao período ditatorial foi extensa, sendo a Folha o jornal que se destacou com o maior número de notícias. De maneira conexas, a ampliação da cobertura demonstra o crescente interesse da população por temas ligados à memória, verdade e justiça sobre o referido período. Para além das notícias, e em menor número, as colunas opinativas também se ocuparam da temática. Isso demonstra a preocupação dos periódicos em trazer para seu público uma diversidade de opiniões. Ao mesmo tempo, e de maneira complementar, jornais não se furtaram de marcar sua posição em relação aos acontecimentos noticiados por meio de diferentes editoriais publicados ao longo de 2022.

Outro fator interessante foi a utilização de entrevistas para subsidiar as análises feitas pelos jornais. Historiadores,

juristas, cientistas sociais, dentre outros especialistas, foram chamados a opinar, com base em suas pesquisas, sobre os fatos noticiados. Para os periódicos aqui analisados, a utilização de informações e avaliações cientificamente embasadas tornou-se um contraponto à crescente utilização de fake news em diferentes canais informativos. Nesse sentido, a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e o Correio Braziliense continuaram afirmando-se como fontes de informações confiáveis, ao mesmo tempo que contribuíram para a valorização das pesquisas acadêmicas sobre o período militar e suas consequências. Esse posicionamento, por si só, serviu como ponto de crítica e oposição ao governo de Jair Bolsonaro, que fez das universidades e da produção acadêmica alvos constantes de ataques. Ainda, é importante ressaltar que criticar e publicar opiniões contrárias ao governo Bolsonaro, vinculado à extrema-direita, bem como elogioso e saudosista da ditadura civil-militar, coloca a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo em posição oposta à adotada por estes veículos durante o período ditatorial, ou seja, passaram a apoiar o fortalecimento da democracia e não posições políticas autoritárias. Nesse viés, podemos destacar três momentos da cobertura jornalística:

No dia [31 de março de 2023](#) os três jornais noticiaram a Ordem do Dia publicada pelo Ministério da Defesa. Assinado pelo então ministro, general Walter Braga Netto, e pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o texto afirmava que o golpe militar de 1964 foi um “marco histórico da evolução política brasileira” e que as Forças Armadas agiram para “restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil”. Em consequência, a Ordem recebeu críticas de diversas entidades e do Ministério Público Federal (MPF) que solicitou que a mesma fosse retirada pela Justiça. Estas manifestações contrárias foram notícias e, adotando o mesmo tom, a Folha foi mais

além e publicou uma [coluna opinativa do jornalista Reinaldo Azevedo](#), que questionava a política do “medo do comunismo”, afirmando que a Ordem do Dia publicada pelo Ministério da Defesa era “vergonhosa”. No dia seguinte, [O Estado de S. Paulo divulgou a exaltação e as comparações elogiosas feitas pelo então presidente, Jair Bolsonaro, entre seu governo e a ditadura civil-militar](#). O mesmo espaço foi dado pelo jornal para a [fala, no Twitter, do ministro do STF Luís Roberto Barroso](#) que criticou a ditadura e denunciou as violações de direitos praticadas na época. Podemos aferir que mesmo noticiando temas como a defesa do golpe militar de 1964, os periódicos deram igual ou maior espaço para as críticas a esse posicionamento, procurando deixar claro para os leitores que havia forças opostas em atuação. Essa escolha por parte dos jornais, somada ao que se pôde observar nos editoriais, demonstra que a grande mídia brasileira se mostrou contrária à exaltação do período ditatorial e à tentativa de mudança da narrativa sobre os acontecimentos da época.

Seguindo essa mesma linha, um dos fatos mais noticiado em 2022, foi a [divulgação, em abril, da existência de 10 mil horas de gravações de sessões do Superior Tribunal Militar \(STM\)](#) encontradas por Fernando Fernandes, pesquisador e advogado criminalista, e Carlos Fico, historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As gravações indicam que os ministros da corte militar sabiam da prática, pelas Forças Armadas, de tortura e outras graves violações de direitos humanos. Por um lado, este evento resultou em diversos comentários negativos por parte do [ex-vice-presidente Hamilton Mourão](#), que debochou do conteúdo dos áudios, e do [presidente do STM que classificou os áudios como “tendenciosos”](#), que teriam como objetivo “influenciar a opinião pública contra as forças armadas”. No entanto, por outro

lado, os periódicos condenaram as falas que menosprezavam o conteúdo dos áudios e publicaram colunas de opinião e editoriais que enfatizam posição contrária aos comentários do ex-vice-presidente e, dentre outros apontamentos, indicavam a [conivência da Justiça Militar com a continuidade da utilização da tortura pelo regime](#). Ainda, os textos também apontavam a relevância do saber histórico como antídoto ao revisionismo e ao apagamento das graves violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado brasileiro.

Para além da cobertura das eleições, marcada pela denúncia constante das falas golpistas do candidato derrotado, Jair Bolsonaro, no mês de novembro os jornais abriram um crescente espaço para noticiar a ação de grupos bolsonaristas que não aceitaram o resultado eleitoral e, com base em uma interpretação equivocada do artigo 142 da Constituição Federal, passaram a pedir a intervenção das Forças Armadas, dentre outras reivindicações anti-democráticas. A cobertura jornalística desses eventos contou com notícias sobre os acampamentos bolsonaristas, sobre o posicionamento contrário a essas ações por parte do Superior Tribunal Eleitoral (STE), na figura de seu presidente Alexandre de Moraes e com declarações de militares e do Ministério da Defesa que classificaram essas manifestações como pacíficas e democráticas. De maneira emblemática, o [colunista do Correio Braziliense André Gustavo Stumpf](#) analisou esses acontecimentos, à luz dos eventos de 1964, e indicou que “os brasileiros conhecem os passos dessa estrada. A história torna evidente o tamanho do equívoco. Esse pessoal na porta dos quartéis é massa de manobra, exatamente como foram os que desfilaram em 1964. Quem não se lembra de seus erros está condenado a repeti-los”.

A cobertura jornalística a partir da perspectiva da memória, verdade e justiça

De maneira complementar, é possível analisar a cobertura feita pelos jornais acompanhados pelo Informe Brasil a partir dos pressupostos básicos da Justiça de Transição, ou seja, pela perspectiva da memória, verdade e justiça. Diante das narrativas retomadas nesta apresentação fica evidente que o tema da memória acerca da ditadura civil-militar no Brasil adquiriu caráter de centralidade no contexto político do ano de 2022. O tensionamento acerca do tema indicou que este tornou-se uma memória em disputa, uma vez que houve, por parte de integrantes do governo federal e seus apoiadores, um crescimento do discurso de valorização da ditadura e de negação das graves violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado naquele momento. As homenagens prestadas a torturadores, os ataques aos que contestam essa posição revisionista e os pedidos de intervenção militar são exemplares dessa perspectiva. Por outro lado, houve uma crescente produção de colunas opinativas que buscaram expor os crimes cometidos na ditadura e demonstrar como as falas revisionistas estão diretamente ligadas à produção de um ambiente de violência política que ganhou corpo ao longo do ano. Como subsídio e de maneira positiva, houve uma valorização da pesquisa acadêmica acerca do período, com pesquisadores e intelectuais sendo chamados a darem sua contribuição para a compressão e análise dos acontecimentos.

Cabe, também, destacar a maneira como as Forças Armadas foram sendo retratadas: se, por um lado, foram consideradas como salvadoras da pátria pelos que não aceitaram o resultado das eleições, por outro, a possibilidade e a crescente compreensão de que estariam dando apoio aos clamores golpistas levou a

um desgaste da imagem destas junto à parte da população.

Este ponto está ligado ao pressuposto da justiça, que tem sido um dos que causam maior polêmica no Brasil, tendo em vista as constantes negativas do Judiciário de responsabilizar e punir os autores de graves violações de direitos humanos ou de reparar adequadamente as vítimas dessas violências. Sendo assim, além de noticiar a [negativa de requerimentos de indenização para vítimas do período](#) e a [possibilidade do grupo empresarial Volkswagen ser novamente responsabilizado por crimes cometidos em colaboração e com a anuência dos governos militares](#), os jornais publicaram diversas colunas de opinião que questionaram a pertinência de se manter uma interpretação da Lei de Anistia que impede a punição dos agentes estatais responsáveis pelos crimes que praticaram. A cobertura desses casos demonstra que a busca por justiça para vítimas da ditadura ainda não se encerrou e que a investigação e punição dos responsáveis pode (e deve) ser realizada a partir de parâmetros alinhados ao Direito Internacional, que extrapolam o entendimento limitado que tem sido praticado pelo Judiciário brasileiro.

No que se refere à verdade, o anúncio do lançamento de livros, de documentários, bem como sobre a descoberta de novas fontes documentais sobre o período ditatorial indica que ainda há bastante a ser pesquisado a respeito da ditadura civil-militar no Brasil, sobre seus crimes e consequências para a democracia brasileira. Sendo assim, o noticiário de 2022 demonstrou claramente que, sem a disposição social – a qual, também, a imprensa pode fomentar – para realizar essa discussão e análise profundas, estaremos fadados aos mesmos erros de nosso passado recente. Sem memória, verdade e justiça só haverá repetição.

Para saber mais

Portal: Memórias da Ditadura: o maior acervo online sobre a história da ditadura no Brasil. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br>

Podcast: Os desafios na retomada da memória da ditadura. Café da Manhã. Folha. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2RWTcGbg0ub7Is80GbFmLd?si=g5lB6fQ6SKS5FqObjdkYSQ>

Podcast: O Brasil e a memória da ditadura. O Assunto. Natuza Nery. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2UeMB6fKvF4FIQzdv8jJLg?si=K70geZpcShq1mhMXdBOUIA>

Instagram: Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia. Disponível em: <https://www.instagram.com/coalizaomemoria/>

Livros: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína (orgs.). Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009 (Vol. 1 e 2).

OLIVEIRA, Carla Dóro. A justiça de transição entre discurso democrático e práticas autoritárias: reflexões sobre o legado ditatorial para a democracia brasileira. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Disponível em: <https://www.editorafi.org/711justica>